

## AS TAREFAS DO PADRINHO: EDUCAÇÃO, PLANEJAMENTO E TROCA DE FAVORES NO CEARÁ (1967-1970)

MARDÔNIO E SILVA GUEDES

Doutor em Educação (UFC). Professor da Faculdade Farias Brito.  
E-mail: mardoniosete@yahoo.com.br

(...) só me lembro de vós para pedir, mas de qualquer modo sempre é uma lembrança.

CARLOS DRUMMOND

### Introdução

No começo da década de 1960, o governo de Virgílio Távora difundiu o Plano de Metas Governamentais (PLAMEG), o primeiro plano de governo do Ceará com o propósito de sistematizar o desenvolvimento econômico-social do Estado. Nesse documento, podemos identificar esforços em planejar as ações de enfrentamento dos problemas do setor educacional estadual. Propostas que também fizeram parte dos anseios do Plano de Ação Integrada do Governo (PLAIG), elaborado para o período de 1967 a 1970 durante a vigência da gestão governamental de Plácido Castelo. (VERAS, 1990).

A atuação política de Virgílio Távora é extremamente vinculada a diversos momentos da história contemporânea do Ceará, registrados em documentos institucionais do poder público e correspondências pessoais preservados no acervo do Arquivo Público do Ceará. A referida documentação possui relação com a trajetória política de Virgílio na esfera pública estadual e federal. Além disso, traz à tona múltiplos elementos de construção do universo educacional do Ceará no período de 1963 a 1982.

Este artigo focaliza a relação entre reivindicações educacionais, trabalho, qualificação profissional, apadrinhamento e troca de favores, conforme a abordagem de correspondências e programas educacionais do acervo Virgílio Távora entre 1967 e 1970. Nesta abordagem, tratamos de forma preferencial de correspondências

enviadas para Virgílio Távora no momento em que ocupou a função de deputado federal.

Em muitas das correspondências consultadas, reforçava-se a ideia de “estudar para vencer na vida”, o triunfo individual e o desenvolvimento do Estado, em parte, associavam-se à capacitação profissional por meio da educação. Em sintonia com a lógica assinalada, um solicitante, ex-prefeito municipal, descreveu a saga de seu conterrâneo que teve uma trajetória de vida marcada pela dificuldade de acesso a educação.<sup>1</sup> Situação que levou o estudante a buscar inserção no mercado de trabalho e interromper sua formação educacional. Conforme a seguinte narrativa:

### Deputado Virgílio Távora

Encontra-se em Brasília um meu conterrâneo- [nome]- Estudante, curso ginásial foi feito aqui, graças aos esforços de um pai dedicado, nosso eleitor, funcionário público, tendo às costas uma dúzia de filhos, entre estes, seis estudantes. Em face da (*sic*) dificuldades de cursar um científico, resolveu ser “candango” na capital federal, restando apenas a nossa ajuda, para vencer os obstáculos da vida com mais facilidade. Daí a razão da minha carga, qual seja a de encarregar de Vossa Excelência que tantos serviços têm prestado à minha terra. Um lugar ao sol para este pobre coitado!!<sup>2</sup>

Diversas correspondências examinadas enfatizavam a relevância da formação educacional para a vida dos solicitantes, muitas vezes, interrompida por dificuldades econômicas. Com base nessas primícias, os correspondentes fundamentavam a necessidade de postular um emprego mediante intermediação parlamentar. Perce-

<sup>1</sup> Os nomes dos indivíduos mencionados nas fontes desta pesquisa são omitidos por razões éticas e de preservação da intimidade e imagem dos sujeitos que compõem a documentação investigada.

<sup>2</sup> Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC). Acervo Virgílio Távora. Série: Câmara Federal. Subsérie: Correspondência expedida e recebida (1967-1970). Correspondência de [nome]. Cedro, 27 de mar. de 1967.

bemos, deste modo, os antagonismos vivenciados por estudantes que apontavam conflitos existentes entre os anseios de garantir à sobrevivência e os objetivos de ter acesso a instrução formal nos espaços institucionais do Estado.

Uma análise de correspondências recebidas pelo Governo em Santa Catarina, entre 1937 e 1945, expõe que os indivíduos das camadas populares destacavam atributos morais na construção de suas solicitações para o poder público:

*Estas cartas retratam as relações da época com os governantes: a família como valor precioso, os filhos educados nos preceitos de brasilidade e patriotismo, o sacrifício pelo país, e bom governante, aquele que ampara, é justo, não abandona seus filhos. É honrado o cidadão que protege e provê sua família, é responsável e não falta com seus compromissos; a conduta como valor imprescindível para um bom cidadão. (FAVERI, 2006: 110)*

O trabalho de investigação citado traz à tona correspondências que desvelavam valores culturais gestados no período do Estado Novo. Documentos que registram representações sociais associadas à valorização da pátria, família, trabalho e honestidade. Prover a família e ter dedicação e empenho pelo crescimento do país fazia do solicitante, um homem digno, respeitável e com grande potencial profissional. Condição que, na lógica das justificativas narradas, qualificava os trabalhadores correspondentes a despeito do atendimento de seus pedidos.

De maneira análoga, na documentação analisada por nós, percebemos que ser responsável, enfrentar as adversidades da vida, os empecilhos de não poder continuar as atividades de ensino, dava respaldo às solicitações elaboradas, ao mesmo tempo em que, reforçavam a relação entre trabalho e educação. Os esforços empreendidos pelos solicitantes, na busca de ampliação da formação educacional, fortaleciam a relevância e legitimidade de pedidos expressos em diversas correspondências.

No caso enfocado, sobre os entraves do estudante acerca de manter a sobrevivência e ter uma formação educacional, afirmava-se:

O [nome] sempre se portou em Cedro pela maneira responsável com que encarava os estudos e dor da batalha “ardua” que seu genitor enfrentou para mantê-los em Ginásio, consistindo em quase toda sua vida estudantil, um rapaz estudioso e conhecido particular, como o é o nosso.

Acredito no seu espírito generoso e por isso já estou crente da vitória desse pau de arara ai, em Brasília. Tudo em paz, em Cedro. Entreguei, graças a Deus, a Prefeitura, para durante os quatro anos que se aproximam ter condições energéticas para trabalhar pela sua volta ao Ceará, pois o Palácio da Luz já se “domesticou” com Vossa Excelência. Precisamos os cearenses de bom senso, recuperar o atraso dos anos perdidos...

Venho [...] extensivos a Dona Luiza, os protestos da elevada estima e consideração.

[nome] Ex-Prefeito.<sup>3</sup>

Na correspondência ora focalizada, o indivíduo alvo da solicitação contava com o apoio do ex-prefeito de Cedro que justificava seu pedido em face de considerar que o estudante possuía os seguintes atributos: empenho para o trabalho, estudioso, dedicado e “conhecido particular” do político mediador e de Virgílio. Além disso, segundo o prefeito, era possuidor de grande capacidade de superação, por ter conseguido concluir a fase inicial de seus estudos apesar de suas condições sociais serem extremamente desfavoráveis. A expressão “conhecido particular” traz consigo a ideia de intimidade existente entre o estudante e o prefeito. A referência aos laços apontados referendava a necessidade do pedido.

Além disso, a fonte examinada reiterava a existência de uma grande rede de reciprocidade e troca de favores construídos por

<sup>3</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Correspondência Geral. Subsérie: Cartas Expedidas do Brasil (1967-1970). Correspondência de [nome]. Cedro, 27 de mar. de 1967.

prefeitos, vereadores, deputados, senadores, pais, padres, estudantes e professores que produziram apelos, súplicas e solicitações que descortinavam estratégias discursivas em meio aos embates educacionais do cotidiano estadual cearense. É necessário reconhecer que personalismo e intimidade eram elementos considerados válidos e necessários na perspectiva de desatar os “nós” do universo da educação.

Portanto, é plausível afirmar que, para o solicitante, as dificuldades apresentadas, davam legitimidade à concessão do favor por parte do “generoso deputado” que sabia o valor do trabalho e da formação educacional, neste caso, em especial, barrada por motivos econômicos expostos na súplica do ex-prefeito. Assim, emergia a figura do padrinho, do parlamentar que seria um impulsionador da superação dos obstáculos ora apresentados.

Nos discursos gestados pelas correspondências em foco é notória a sintonia entre argumentações formuladas nos pedidos e os desígnios de engrandecimento econômico do Estado. Os intuitos de destacar os atributos voltados para os anseios de qualificação profissional e melhoria das condições de sobrevivência, passavam por uma afirmação da relevância da formação educacional por meio de uma conexão entre ensino, formação técnica e preparação para o mundo do trabalho.

Na análise de cartas destinadas a Getúlio Vargas no Estado Novo que tratam da temática do emprego, Ferreira (1997: 32), afirma:

Ao apresentarem suas condições de existência, os personagens se apropriam das concepções dominantes acerca do Estado amparador e realizador das aspirações humanas para cobrarem eficiência em casos exemplares. Desempregados, passando necessidades de toda ordem, para eles é interessante que haja um Estado que diga ampará-los e que exalte as virtudes do trabalho, porque se trata de uma oportunidade para conseguirem um meio de vida e alcançarem a cidadania social.

Nas cartas enfocadas pelo autor, a noção de Estado protetor, difundida durante a era Vargas, é apropriada pelos trabalhadores. Noção que fora retomada e re-apropriada pela ditadura militar pós-64, no Brasil. Perspectiva essa pautada em mecanismos que pudessem permitir a eficiência da máquina pública. De maneira bem análoga aos indivíduos que enviavam cartas para Getúlio no Estado Novo, os sujeitos produtores de correspondências educacionais no Ceará, também se apropriavam do projeto modernizador governamental a fim de garantir uma atividade profissional temporária na gestão pública vigente.

Nos discursos governamentais, racionalidade, planejamento, industrialização, formação de mão-de-obra especializada e educação estavam intimamente relacionados. (MELO, 2006). Os propósitos desenvolvimentistas, muitas vezes, repeliam o paternalismo e a troca de favores na gestão do campo educacional. Práticas sociais que perpassavam constantemente o cotidiano da educação no Ceará.

Proteção, planejamento, desenvolvimento social, valorização do trabalho, dificuldades de acesso à educação, investimento na formação educacional consubstanciavam as formulações e justificativas de solicitantes que vivenciaram embates do campo educacional. Argumentações que se nutriam dos propósitos e discursos governamentais de crescimento econômico-social do Ceará.

Num amplo campo de construção de discursos sobre o papel social da educação, as solicitações formuladas afirmavam a necessidade da prática do favor como mecanismo de resolução das problemáticas educacionais apresentadas, longe dos propósitos de impessoalidade e planejamento educacional do Estado. As limitações de acesso a educação lançavam o indivíduo nas mãos da “generosidade”, “sensibilidade” e “bondade” do parlamentar. No campo de solicitações registradas no acervo de Virgílio, o ato de estudar e os objetivos de obter formação profissional, estavam em inúmeros casos atrelados a “boa vontade” e apoio de um deputado que poderia contribuir para a realização de tal intuito.

O governo de Plácido Castelo, que sucedeu Virgílio Távora, por meio do PLAIG enfatizou a necessidade de dar continuidade ao ideário desenvolvimentista iniciado pelo PLAMEG. As diretrizes de planejamento, nesse ínterim, reafirmaram a necessidade de sistematização das ações governamentais. Estes intuitos foram considerados indispensáveis para gestões subseqüentes, haja vista a incorporação dessas premissas por todos os governos locais durante a ditadura militar pós-64.

Nesse conjunto de preocupações, permanecia a definição de um papel para o setor educacional, numa íntima relação com o mundo do trabalho e formação técnica de profissionais que iriam atuar nos setores públicos. Sobre formação profissional e ensino, o plano de governo de Plácido Castelo assinalava:

Especial relevo terá, no setor educacional, a formação de técnicos de nível médio, sem o qual não se conseguirá levar a efeito as metas que digam respeito à maior produtividade. Nesta ordem de idéias, estimularei a concessão de vantagens aos cursos que [...] para a execução dessas tarefas, fazendo o possível por obter meios financeiros com órgãos especializados no assunto estipendiados por instituições de ajuda internacional.

Ao lado da deficiência do ensino técnico médio a falta de mão-de-obra especializada é outro problema sério no Estado. Em Fortaleza há apenas uma Escola Técnica Profissional de nível médio e outra de nível primário. Nos últimos anos o problema tem se agravado em virtude do surto de progresso que atinge a todos os setores de atividades. O advento da energia de Paulo Afonso, o desenvolvimento dos programas de telecomunicações, abastecimento de água e açudagem, etc., tudo isso acompanhado da instalação de novas indústrias, precipitaram o crescimento da demanda não só de profissionais de nível superior, como de operários especializados, capazes de realizar as tarefas que dia a dia avultam.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Biblioteca Pública Menezes Pimentel. Plano de Ação Integrada do Governo (PLAIG) (1967-1970). p. 129.

A ligação entre educação, eficiência e produtividade era bastante evidenciada na documentação citada, os anos sessenta são emblemáticos a despeito da ideia de referendar a necessidade do Estado em firmar parcerias com instituições privadas e aprimorar as ações desenvolvimentistas do poder público no âmbito educacional. Entretanto sobre a efetivação dos objetivos governamentais para a educação observamos que:

O plano de Ação integrada do Governo- PLAIG (1967-1970) do governo Plácido Castelo, (...) não confere prioridade ao setor da educação. Esta administração, como mencionado antes, é marcada por dificuldades orçamentárias. Assim, os recursos próprios cobrem apenas as despesas com pessoal, sendo os gastos, como construção de salas de aula, equacionados com fundos advindos de fontes externas. (VIEIRA, 2002: 284)

O orçamento estatal do período tratou, com pouca atenção, o setor educacional. No entanto, o planejamento governamental manteve as diretrizes de se empenhar para a construção de uma gestão pública planejada. Dentro de um ideário que também estabeleceu um lugar de atuação para a educação, apesar das limitações orçamentárias, instigadoras de obstáculos relativos à expansão e acesso ao ensino no Ceará. Entraves que foram enfocados pelo universo de solicitações produzidas para Virgílio Távora no exercício de seu mandato de deputado federal.

Por outro lado, qualificação e formação técnica povoavam as estratégias discursivas das cartas enviadas para Virgílio, cuja função, durante o governo Plácido Castelo, era legislar em prol da melhoria da educação no Ceará. Entre necessidades, urgências, acordos políticos, compromissos eleitorais, prioridades educacionais e os clamores daqueles que solicitavam um bem-vindo e bendito favor.

A possibilidade de ter uma bolsa de estudos para dar continuidade, ou aprimorar, a formação educacional também se faz presente no conjunto de correspondências pesquisadas. Isso nos

permite problematizar a relação existente entre educação e desenvolvimento social. Nos discursos dos solicitantes, identificamos a perspectiva de lançar questionamentos sobre a relação entre melhoria das condições de vida, formação técnica, crescimento econômico regional e planejamento do setor educacional. No ano de 1968, temos as inquietações de um estudante:

### **Prezado Deputado Virgílio Távora**

Terminando o curso de Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas no Crato, com vênua de Vossa Excelência, solicito eu a ajuda para aquisição de maiores conhecimentos profissionais dentro da minha nova carreira.

Desejando ingressar como bolsista na SUDEC, quer com estagiário, quer como elemento integrante nessa repartição, como assim batalhar pelo desenvolvimento regional onde tenho certeza, desempenhar com fé e orgulho os encargos a mim confiados. Solicito os seus esforços.

Filho de [nome], há dois anos falecido, que era seu grande admirador e seguidor político, ex-político militante que chegou a exercer o cargo de Vereador e Vice-Prefeito em várias legislaturas.

Atualmente, trabalhando nos Correios e Telégrafos como funcionário interino, vivo completamente alheio a minha carreira. Ansioso em expandir-me, porém, a má remuneração impede-me deslocar-me para qualquer capital a fim de aprimorar os meus conhecimentos técnicos.

Creio com prestígio de Vossa Excelência, galgado pelo seu grande esforço de trabalhar pelas causas democráticas e pelo desenvolvimento do Nordeste, facilitará minha pretensão. [...]

Desejando prosperidade na política, onde tem demonstrado ser batalhador pela causa pública e engrandecimento do nosso Estado, envio meus sinceros parabéns e agradecimentos.

Confiante em sua disposição em ajudar-me, subscrevo-me atenciosamente.<sup>5</sup>

[nome]

Determinados pedidos enviados para Virgílio durante o período em que exerceu as funções de deputado e senador abrangiam os níveis de ensino primário, secundário e superior e evidenciavam as lacunas produzidas pelo Estado no campo da formação educacional e tentativas de consolidar laços de reciprocidade, os quais poderiam ser ratificados nos espaços institucionais da educação mediante apresentação de reivindicações individuais.

O valor da educação para o desenvolvimento econômico-social e a necessidade de trabalhar para manter os estudos são elementos que caminham lado a lado em muitas justificativas de solicitantes: discursos sintonizados com uma era de ideias de qualificação e eficiência do setor público. Além disso, fundamentava-se que a especialização profissional era responsabilidade do Estado.

O estudante da correspondência acima apontava o seu anseio de fazer parte da equipe de trabalho da Superintendência de Desenvolvimento do Ceará (SUDEC), órgão criado para incentivar o crescimento econômico estadual na década de 1960. O relato pontuava a necessidade de qualificação técnica e aprimoramento da formação educacional do solicitante que poderia ocorrer mediante desenvolvimento de atividades profissionais no setor público.

Os fatores apresentados compunham o caráter contundente da justificativa mencionada, marcada pelo intuito de obter a concessão do favor solicitado. O parlamentar, desse modo, tinha a possibilidade de realizar uma ação em prol de um indivíduo que buscava aprimorar suas qualidades profissionais e ter condições de dar a sua contribuição para o crescimento do Estado, assim, se constituía o discurso produzido nessa correspondência. Num cená-

<sup>5</sup> APEC. Acervo Virgílio Távora. Série: Câmara Federal. Subsérie: Correspondência expedida e recebida (1968-1970). Correspondência de [nome]. Crato, 15 de jul. de 1968.

rio apresentado em que o incremento da qualificação profissional sintonizava com os anseios de valorização do setor educacional característicos do Ceará e do Brasil nos anos de ditadura militar.

A fim de ampliar o olhar sobre as correspondências do acervo Virgílio Távora, podemos fazer referência à abordagem de práticas de escrita na França do século XVIII. Sobre o significado da comunicação epistolar para as relações de trabalho no universo urbano, temos que:

*Na cidade, sempre há um meio de escrever ou mandar escrever. A instrução elementar é um triunfo considerável para o trabalho e para o recrutamento: é escrevendo que se aprende onde se encontram as boas colocações, é por carta que recebemos os requisitos do emprego, até os gastos com as mudanças. Uma parte do prestígio do companheiro parisiense em relação a seus empregadores, ou a seus camaradas provincianos por vezes menos favorecidos, repousa sobre esse pequeno capital cultural. (ROCHE, 1996: 186)*

É necessário reconhecer que a escrita epistolar, em determinados momentos históricos, teve um papel de afirmar atributos profissionais, características pessoais, valores morais e culturais do correspondente. Em breves ou longas apresentações, os correspondentes “vendem” uma imagem, descrevem parte de seus perfis de trabalhadores e fundamentam interesses individuais na comunicação elaborada.

A vida urbana constrói um universo de relações sociais em que a escrita assume grande relevância. Dessa perspectiva, o sujeito que escreve deve possuir domínio sobre o processo de escrita, no sentido de escolher os enunciados necessários na construção de uma narrativa que não perca de vista a quem se destina a correspondência, num contínuo esforço de qualificação profissional. Aquele que produz a carta deve conhecer os códigos que possibilitam uma inserção bem sucedida, nos espaços públicos ou privados.

Na esfera pública alvo de nossa análise, a carta “reserva” um espaço para o implícito, o não dito, que foge ao domínio das palavras, a escrita da carta poderia ratificar o esgotamento dos “acordos orais”. Por outro lado, consolidava elos entre políticos e solicitantes que ratificam e criam novos desafios para o campo educacional. Convém destacar que, na sociedade moderna, a constituição histórica do acesso à escrita aponta múltiplos elementos de produção de uma intimidade individual marcados pelo ato de saber ler e escrever, uma vez que:

(...) saber ler e escrever permite também novos modos de relação com os outros e os poderes. Sua difusão suscita sociabilidades inéditas e ao mesmo tempo serve de base para a construção do Estado moderno, que apóia na escrita sua nova maneira de proferir a justiça e dirigir a sociedade. Daí a maior familiaridade com a escrita depende, pois, uma maior ou menor emancipação com relação a formas tradicionais de existência que ligam estritamente o indivíduo a sua comunidade, que o imergem num coletivo próximo, que o tornam dependente de mediadores obrigatórios, intérpretes e leitores da palavra ou das determinações do soberano. (CHARTIER, 2009: 119-120)

O uso das correspondências, no momento de buscar apoio ou referências profissionais, permite uma aproximação entre quem escreve e o olhar examinador do indivíduo que recebe o relato escrito, além de possibilitar o reconhecimento das estratégias discursivas produzidas nos espaços institucionais do poder público, ao estabelecer critérios do que seja relevante urgente e necessário para os interesses e preceitos governamentais. Portanto, educação, trabalho, necessidade de formação profissional, ineficiência do Estado e apadrinhamento eram elementos que compunham o conjunto de justificativas das correspondências produzidas no universo de estudo desta pesquisa.

## Referências Bibliográficas

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. *Inventário do Acervo Virgílio Távora*. Fortaleza: Secult, 2003.

CHATIER, Roger. As práticas da escrita. In: CHATIER, Roger (Org.) *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 (VII).

FAVERI, Marlene de. Práticas de correspondência em Santa Catarina nos anos de 1937 a 1945. In: *Tempos históricos*. MC Rondon, v. 8. pp. 101-130. 1.º semestre/2006.

FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores no Brasil: o imaginário do povo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MELO, Francisco Egberto de. *A cultura cívica na educação cearense (1963-1973): na tapeçaria da história, entre o "livro da professora" e os festejos à pátria e ao progresso*. Fortaleza: UFC, 2006. Dissertação (Mestrado).

NUNES, Márcia Vidal. *Imprensa e poder: O jornal "O Povo" durante os dois governos de Virgílio Távora (1963-1966 e 1979-1982)*. Fortaleza: UFC, 1991. Dissertação (Mestrado).

ROCHE, Daniel. As práticas da escrita nas cidades francesas do século XVIII. In: CHATIER, Roger. (Org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

VERAS, Maria Eudes Bezerra. Estado e financiamento da educação. Fortaleza: UFC, 1990. Dissertação (Mestrado).

VIEIRA, Sofia Lerche. *História da educação no Ceará: sobre promessas, fatos e feitos*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.